

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.363 - SP (2019/0358487-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO JORGE MUSSI**  
**RECORRENTE** : RONALD APARECIDO BEZERRA (PRESO)  
**ADVOGADO** : BRUNO BARROS MENDES - SP376553  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**DECISÃO**

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por RONALD APARECIDO BEZERRA, contra acórdão proferido pela 11ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - HC n. 2219930-25.2019.8.26.0000.

Em consulta ao sistema processual deste Sodalício, verifica-se que, perante esta Corte, foi impetrado em favor do recorrente o HC 543.292/SP, impugnando o mesmo acórdão aqui combatido e sob os mesmos argumentos ora levantados.

Assim, observa-se que neste *mandamus* tem-se a simples reiteração de pedido, não tendo a defesa trazido qualquer fato capaz de dar ensejo à nova análise por este Tribunal do pleito deduzido no mencionado reclamo, verificando-se, portanto, a inadmissibilidade do remédio constitucional em apreço.

Nesse vértice:

*AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. MATÉRIA PREVIAMENTE SUBMETIDA AO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA POR MEIO DE HABEAS CORPUS. MERA REITERAÇÃO NO ÂMBITO DO RECURSO ORDINÁRIO. LITISPENDÊNCIA. AGRAVO DESPROVIDO.*

*1. Hipótese na qual o recurso ordinário interposto consiste em mera reiteração de pedido formulado no HC n. 456.792/SP, que teve a liminar indeferida e será oportunamente levado a julgamento.*

*2. Embora o recurso ordinário em habeas corpus consista no meio próprio para a apreciação da irresignação, a defesa optou por impetrar, também, habeas corpus substitutivo, o qual primeiramente foi despachado nesta Corte. Desse modo, a tese idêntica não pode ser simultaneamente analisada em impetrações/interposições posteriores.*

*3. Embora esta Corte entenda ser, de início, incabível o habeas corpus substitutivo de recurso, em homenagem ao princípio da ampla defesa, é de rigor o exame da insurgência, para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal passível de ser sanado pela concessão da ordem, de ofício. Assim, não haverá qualquer prejuízo ao recorrente em ter as teses ora levantadas analisadas quando do julgamento HC n. 456.792/SP e não do presente recurso ordinário.*

*4. Agravo regimental desprovido.*

*(AgRg no RHC 103.808/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 27/11/2018, DJe 10/12/2018)*

Ante o exposto, com fundamento no artigo 34, inciso XVIII, alínea “a”, do Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça, **não se conhece** do presente recurso ordinário em *habeas corpus*.

Publique-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos ao arquivo.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro Jorge Mussi  
Relator